

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 38/2013**

Período: 19/10/2013 – 25/10/2013

GEDES – Brasil

- 1- Forças Armadas participaram da segurança do leilão do campo de libra
- 2- Dilma Rousseff e convidados assistem a documentário sobre o regime militar
- 3- Exército testa míssil MTC 300
- 4- Ordem dos Advogados do Brasil ingressará no Supremo Tribunal Federal para rever Lei da Anistia
- 5- Comandante militar na Amazônia avaliou presença militar na região
- 6- Marco Aurélio Garcia comentou sobre espionagem e o reequipamento das Forças Armadas
- 7- Pesquisas sobre locais de repressão em Brasília precisam ser aprofundadas
- 8- Coluna opinativa relembrou episódio ocorrido na Universidade de Brasília durante o regime militar
- 9- Comandante brasileiro defendeu mudanças em missão de paz na República Democrática do Congo
- 10- Brasil pretende investir em defesa cibernética
- 11- Força Aérea Brasileira faz o transporte dos médicos estrangeiros que atuarão em locais remotos do Brasil
- 12- Marinha será acionada em caso de catástrofe ambiental por vazamento de petróleo
- 13- Policial relata tortura a suspeitos de subversão em quartel durante regime militar
- 14- Tribunal Regional Federal julga se militares podem ser processados pelo sequestro de desaparecido político
- 15- Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol se estenderá para outras reservas
- 16- Indefinições na substituição dos Mirages da Força Aérea Brasileira
- 17- Brasil doará caças obsoletos a Moçambique
- 18- Exército auxiliou Ministério da Educação na realização do Exame Nacional do Ensino Médio

1- Forças Armadas participaram da segurança do leilão do campo de libra

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, uma operação envolvendo as Forças Armadas foi montada para garantir a segurança do leilão do campo de Libra, primeira área licitada do pré-sal, cuja exploração movimentará R\$ 3,7 trilhões em 30 anos. O evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21/10/13, e contou com participação do Comando Militar do Leste. Segundo o *Correio*, uma “operação de guerra” foi montada pelo Exército nas imediações do Hotel Windsor. A operação de Garantia da Lei e da Ordem contou ao todo com 1,1 mil homens do Exército, Marinha, Força Nacional de Segurança Pública e Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ainda segundo o *Correio*, os ônibus que circulam pela região tiveram os itinerários modificados e a área do hotel foi completamente interdita. De acordo com a *Folha*, uma embarcação da Marinha patrulhou a costa. Conforme *O Estado*, os executivos participantes do leilão foram

orientados a se hospedar no hotel com um dia de antecedência. Mesmo com o esquema de segurança, houve confronto entre a Força Nacional de Segurança e manifestantes, com registro de pelo menos oito pessoas feridas. Foram utilizadas balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral contra os manifestantes. O militante e integrante do Partido Pátria Livre (PPL), Daniel Corrêa, que foi ferido por bala de borracha, afirmou: “estamos lutando pelos nossos direitos ao pré-sal, defendendo a Petrobras e o Brasil. Usar a Força Nacional e o Exército contra o povo brasileiro é um absurdo”. Segundo os jornais, o ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que a presença das Forças Armadas foi situação excepcional. (Correio Braziliense – 19/10/13; Correio Braziliense- 20/10/13; Correio Braziliense – 21/10/13; Correio Braziliense – 22/10/13; Correio Braziliense – 23/10/13; Folha de S. Paulo – Mercado – 21/10/13; Folha de S. Paulo – Mercado – 22/10/13; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios – 19/10/13; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 20/10/13; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 21/10/13; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/10/13)

2- Dilma Rousseff e convidados assistem a documentário sobre o regime militar
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, juntamente com convidados, entre eles ministros, jornalistas e assessores, assistiram ao documentário *O Dia que Durou 21 Anos*, que retrata o papel dos Estados Unidos da América (EUA) no planejamento da deposição do ex-presidente da República, João Goulart, pelos militares em 1964, dando início ao regime militar (1964-1985). Também presente na exibição, Camilo Tavares, diretor do documentário, é filho de Flávio Tavares, um dos presos políticos libertados em troca do embaixador estadunidense Charles Elbrick, sequestrado por militantes no período. De acordo com a *Folha*, o documentário é resultado da análise de gravações de diálogos da Casa Branca entre os anos de 1962 e 1964 que foram tornadas públicas. O jornal ainda mencionou que em uma das gravações “o embaixador dos EUA no Brasil Lincoln Gordon expõe ao então presidente John F. Kennedy a necessidade de infiltração nas Forças Armadas brasileiras”. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/10/13)

3- Exército testa míssil MTC 300

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército testou, em setembro de 2013, o míssil MTC 300, seu primeiro tático de cruzeiro com alcance de 300 quilômetros. O lançamento virtual ocorreu durante a Operação Lançador, que mobilizou 8,2 mil militares das Forças Armadas. De acordo com o jornal, a simulação foi bem sucedida. O MTC 300 integra o sistema de artilharia Astros 2020 que está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal para o ano de 2014. Os mísseis, de R\$ 670 mil a unidade, fazem parte do projeto executado pela empresa Avibras Indústria Aeroespacial e o total dos investimentos para o Astros 2020 é avaliado em R\$ 1,246 bilhão. De acordo com Sami Hassuni, presidente da Avibras, existem boas possibilidades de venda do Astros 2020 para o mercado internacional, principalmente para os clientes do modelo atual, o Astros II. Foi destacado pelo jornal que o MTC 300 é o resultado de 10 anos de aperfeiçoamento, sendo um artefato leve e compacto, medindo 5,5 metros, e

que utiliza combustível sólido ativado somente no momento do lançamento. O voo de cruzeiro, subsônico, é similar ao de uma aeronave pequena, impulsionado por uma turbina também construída pela Avibras. O modelo está de acordo com os limites estabelecidos no tratado de Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, do qual o Brasil é signatário, e que restringe a ação a 300 quilômetros e 500 quilos de ogiva. Além disso, MTC 300 realiza o acompanhamento do terreno com um sensor eletrônico, “corrigindo o curso em conformidade com as coordenadas armazenadas a bordo”, com o objetivo de atingir instalações estratégicas, como refinarias e usinas. Entretanto, o modelo ainda não possui um radar para buscar alvos móveis, o que ampliaria a sua capacidade, como em um disparo múltiplo contra uma frota naval. Uma bateria Astros conta com “seis carretas lançadoras, com suporte de apoio de outras seis remuniçadoras, um blindado de comando, um carro-radar de tiro, um veículo-estação meteorológica e um de manutenção”, sendo que o MTC 300 é disparado por rampas duplas, onde cada carreta leva quatro unidades do artefato. Ainda foi ressaltado que “o grupo se desloca a 100 km/hora em estrada preparada e precisa de apenas 15 minutos de preparação antes do lançamento”. (O Estado de S. Paulo – Política – 19/10/13)

4- Ordem dos Advogados do Brasil ingressará no Supremo Tribunal Federal para rever Lei da Anistia

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o apoio das entidades de direitos humanos e das Comissões da Verdade existentes no país, protocolará no Supremo Tribunal Federal (STF) uma nova ação questionando a validade da Lei da Anistia (1979). Segundo Marcos Vinícius Furtado Coelho, presidente da OAB, a ação se formalizará no dia 11/11/13. Segundo a *Folha*, desde 2010, quando a última ação da OAB sobre o tema foi julgada pelo STF, surgiram novos fatos favoráveis ao reexame do tema. Uma das questões ressaltadas pelos jornais é a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em dezembro de 2010, pela execução de 70 guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), ocorrida durante o regime militar (1964-1985). Outro importante ponto importante é a troca da composição no STF, possibilitando uma maior flexibilidade quanto à revisão, uma vez que Joaquim Barbosa, presidente da corte, mencionou que o julgamento da Lei da Anistia poderá ser revisto. Marco Aurélio de Mello, ministro do STF, também afirmou que o colegiado, agora com uma nova composição, já reviu e alterou decisões do grupo anterior. Os periódicos ainda destacaram que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que os crimes de lesa humanidade são imprescritíveis, sendo que, pelo novo entendimento do Ministério Público Federal, os agentes acusados de crimes durante o regime militar poderão ser punidos. Segundo *O Estado*, ao comentar o parecer dado pelo procurador geral da República durante uma palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o ministro da Defesa, Celso Amorim, argumentou que no governo da presidenta Dilma Rousseff a revisão da Lei da Anistia não está em pauta, cabendo ao Ministério da Defesa cooperar ao máximo com as Comissões da Verdade. Durval de Andrade Néri, general da reserva e conselheiro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), afirmou que em qualquer tipo de revisão da Lei deve haver a participação dos dois

lados envolvidos nos episódios ocorridos durante o regime militar, uma vez que “todos os que queriam impor um regime comunista no Brasil e, em nome disso, cometeram crimes [...] também vão ter responder”. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/10/13; Folha de S. Paulo – Poder – 22/10/10; O Estado de S. Paulo – Política – 19/10/13)

5- Comandante militar na Amazônia avaliou presença militar na região

Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, o general Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, afirmou que a região não está totalmente integrada ao país. Grande parte dos 11 mil quilômetros de fronteiras sob responsabilidade de vigilância do Comando Militar da Amazônia conta apenas com a presença das Forças Armadas, restrita a um contingente total de 19 mil homens, e nenhuma participação do governo estadual. Assim, Villas Bôas destacou que o contingente humano e os recursos financeiros atuais não são suficientes para monitorar toda a floresta. Segundo o general, isso só será possível com tecnologia incorporada, cujo sistema de monitoramento está em desenvolvimento, a um custo total de R\$ 10 bilhões até 2020. Villas Bôas afirmou que desde 1999 o Exército possui poder de polícia nos 150 quilômetros de largura de fronteira e que isso trouxe uma nova responsabilidade à Força. Para o general, outro ponto de vulnerabilidade do país é a ausência de um satélite próprio de transmissão, o que impede autonomia do Estado brasileiro no controle da região. O general ainda manifestou-se sobre as questões envolvendo a demarcação de terras indígenas, a presença das Organizações não-Governamentais (ONGs) na Amazônia e o Programa Mais Médicos do governo federal, uma vez que até então o atendimento médico à população civil e indígena da região era prestado quase que exclusivamente pelos militares. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/10/13)

6- Marco Aurélio Garcia comentou sobre espionagem e o reequipamento das Forças Armadas

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Marco Aurélio Garcia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, afirmou que as ações de espionagem praticadas pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) afetaram alguns pontos de análise para a compra de equipamentos militares pelo governo brasileiro. De acordo com Garcia, o Brasil deve adquirir armamentos de países que garantam o uso soberano dos mesmos, não correndo o risco de permanecer dependente da transferência de tecnologia. Quanto à compra de caças para o Projeto FX-2, o assessor destacou uma frase do ex-chanceler Antonio Patriota, afirmando que o caso “cria uma sombra” na relação entre os países, fazendo referência à fragilização da proposta da empresa estadunidense Boeing na concorrência. Tal avaliação surgiu enquanto Garcia comentava sobre a compra de equipamento russo para a defesa brasileira, realizada na semana do dia 20/10/13. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, durante a venda de mísseis russos ao Brasil, Serguei Choigh, ministro da Defesa da Rússia, propôs o desenvolvimento conjunto de caças de quinta geração, possibilitando a participação no FX-2. Celso Amorim, ministro da Defesa do Brasil, confirmou que tal proposta pode ser uma possibilidade. O *Correio* ressaltou que a Força Aérea Brasileira já havia

desclassificado os caças russos Sukhoi. (Correio Braziliense - 19/10/13; Folha de S. Paulo – Mundo – 19/10/13)

7- Pesquisas sobre locais de repressão em Brasília precisam ser aprofundadas

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, existe uma lacuna na identificação dos locais onde houve repressão durante o regime militar (1964-1985), destacando ainda que poucos moradores de Brasília, capital federal, conhecem os episódios de repressão que ocorreram na cidade. Assim como muitos desconhecem os prédios que serviram de espaço de detenção e tortura, hoje incorporados à dinâmica democrática da cidade, os locais que serviram para organização da resistência, como moradia estudantil, repúblicas de estudantes e apartamentos de professores, também passam despercebidos. Segundo o *Correio*, somente as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro possuem catálogos com os endereços utilizados na prática da repressão durante o regime militar, e tal como Brasília, outras capitais brasileiras também escondem locais de violência durante o regime militar. Daniel Faria, professor de história da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da instituição, explicou que Brasília funcionou como um local estratégico na linha de comando militar, justamente por isso a disponibilidade de informações sobre o período é dificultada. A alegação de várias instituições de que grande parte dos documentos foi destruída mostra que a Lei de Acesso à Informação Pública ainda não atingiu o objetivo esperado. Rosa Maria Cardoso da Cunha, integrante e coordenadora de grupos de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, ressaltou a necessidade de aprofundar as pesquisas a respeito dos locais de repressão, com enfoque especial em Brasília. Com tal finalidade, iniciou-se uma pesquisa que parte dos casos mais graves para encontrar conexões com as cadeias de comando, traçando assim um mapa da repressão na cidade. Em relato ao *Correio*, Alexandre Ribondi, ex-aluno da UnB e teatrólogo, contou que em 1973, enquanto fazia faculdade de jornalismo e trabalhava em um jornal, foi enviado ao campus da universidade para produzir uma matéria. Dentro do campus foi abordado por um homem armado que o encapuzou e o levou de carro para um local não identificado, onde foi posteriormente torturado. Ribondi afirmou ter perdido a noção do tempo, mas acredita ter passado cinco dias sofrendo “choque, soco na barriga, varetadas na canela, insultos, tortura psicológica”. Ele se lembra que o local era espaçoso e que o badalar de sinos era ouvido com frequência. Ribondi, que nunca teve uma acusação formal para justificar sua prisão, foi libertado onde atualmente está localizado o estacionamento do Conjunto Nacional. Pouco antes de ser libertado, o teatrólogo diz ter ouvido a voz de um homem que dizia “mande um abraço para o seu irmão. Gosto muito dele”. Meses depois, ouviu alguém conversando com o irmão e reconheceu a voz do homem que o libertara. Anos mais tarde, em 2006, Ribondi também reconheceu a garagem do Ministério da Marinha, de onde era possível ouvir o badalar de sinos, como o local onde fora torturado. O episódio foi relatado em depoimento à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. De acordo com o jornal, pelo menos quatro depoimentos à comissão do Sindicato dos Jornalistas mencionam prédios da Esplanada dos Ministérios como locais de prisão e tortura. Segundo Hélio Doyle, integrante do referido Sindicato, os relatos serão enviados à Comissão Nacional da Verdade para

que sejam conduzidas investigações detalhadas. Ainda segundo o *Correio*, forças policiais utilizavam locais não oficiais para realizar interrogatórios e torturas para que tais atos “fossem ainda menos passíveis de questionamentos”. O professor Cristiano Paixão, coordenador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, afirmou que, apesar de ainda não haver nada concreto a respeito, é possível que o governo militar tenha utilizado locais clandestinos para a prática de tortura, pois considera isso como uma característica presente em outros estados do país que pode ter se repetido em Brasília. Ainda de acordo com Paixão, havia núcleos mais ou menos autônomos tanto nas Forças Armadas quanto nas forças policiais no Brasil, porém, ainda não há indícios de tal fato em Brasília. Segundo o *Correio*, o cruzamento de depoimentos com os documentos do Arquivo Nacional pode permitir um aprofundamento sobre o tema, aproveitando-se também a parceria firmada com o Ministério da Justiça para acessar os arquivos da Comissão da Anistia, pertencente à pasta. Ainda de acordo como jornal, existem histórias em Brasília de que as margens de um importante ponto turístico da cidade, o Lago Paranoá, foram utilizadas para as práticas de interrogatório e tortura, inclusive com ameaças de jogar as vítimas de cima da Ponte Costa e Silva com pedras amarradas no corpo ou de fuzilá-las em áreas do cerrado. (*Correio Braziliense* – 20/10/13; *Correio Braziliense* – 21/10/13; *Correio Braziliense* – 23/10/13)

8- Coluna opinativa relembrou episódio ocorrido na Universidade de Brasília durante o regime militar

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, Rubem Azevedo Lima relatou um pedido recebido em 1964, quando era presidente do Centro Acadêmico da Universidade de Brasília (UnB). Um aluno pediu a ele e ao vice-presidente do Centro uma autorização para escrever uma cartilha para alfabetizar operários que trabalhavam na universidade. Segundo Azevedo, “Pareceu-nos um gesto generoso, para os operários, mas era uma explosão de comunismo, escrita por este aluno, que a distribuiu, sem mostrá-la, à direção do Centro. Nós, para evitarmos que o autor tivesse contratempos, dissemos, no quartel, que era pessoa de mente quente nas discussões políticas, mas não fazia mais do que isso.” O general que pedira explicações era conhecido como “Mato Grosso”, pois viera deste estado para Brasília com três mil soldados, sob o comando do coronel Ponce, com a missão de controlar a elite política. (*Correio Braziliense* – 21/10/13)

9- Comandante brasileiro defendeu mudanças em missão de paz na República Democrática do Congo

Em entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, comandante brasileiro das tropas da Missão da Organização das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), declarou não acreditar que o conflito no país seja étnico. Na opinião do general, “os grupos (que atuam no leste do Congo) agem como criminosos por interesses próprios de poder e dinheiro”. O país recebeu a visita de quinze embaixadores do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para a primeira avaliação sobre o novo mandato da missão, que garantiu às tropas maior autonomia para o uso da força contra

grupos armados. Segundo o jornal, a missão de paz, que conta com Santos Cruz no comando da força militar desde junho de 2013, já obteve resultados positivos contra grupos armados e mostrou rapidez na implementação do mandato ao expulsar o grupo rebelde M23 de Goma, centro das operações da ONU na República Democrática do Congo. Santos Cruz é visto como uma pessoa competente para a função e foi elogiado por especialistas da ONU e pelo embaixador da Grã-Bretanha no CS. Em entrevista, o general afirmou que é necessário agir para fazer a população retomar a confiança nas tropas de paz e defendeu mudança em sua atuação. Segundo Santos Cruz, é necessário expandir o conceito de legítima defesa para “se antecipar às ações dos grupos, desarmá-los, desmobilizá-los, impedir que possam atuar”, ao mesmo tempo em que os pressiona a negociar (O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/10/13)

10- Brasil pretende investir em defesa cibernética

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a Conferência do Ciberespaço 2013, em Seul, na Coreia do Sul, Virgílio Almeida, secretário de Políticas de Informática do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, informou que o Brasil pretende investir em *startups* para desenvolver sistemas na área de defesa e cibersegurança. Segundo Almeida, será lançada em 2014 uma linha de financiamento para negócios nessas áreas, a partir do edital do programa Start-up Brasil, no qual “o governo pretende incluir entre 10 e 15 startups de defesa, além das 50 já selecionadas a cada semestre por edital, para receber até R\$ 200 mil em bolsas do CNPq, além de capacitação e investimento inicial por aceleradoras participantes”. Segundo *O Estado*, os investimentos foram inspirados no Pentágono estadunidense que “tem funcionado como uma incubadora de novos negócios no segmento de proteção a ciberameaças”. O jornal ressaltou que outras medidas, como a votação do Marco Civil da Internet e a criação de um serviço de e-mail com criptografia nacional, foram tomadas para minimizar o impacto da espionagem estadunidense revelada por Edward Snowden, ex-agente da Agência Central de Inteligência (na sigla em inglês, CIA). Segundo James Andrew Lewis, diretor do Centro Internacional de Estudos Estratégicos (sigla em inglês, CSIS), a efetividade de tais iniciativas é questionável, pois países como Rússia, Estados Unidos da América, Reino Unido e Israel têm capacidade para superar qualquer sistema na área de segurança. (O Estado de S. Paulo – Link – 21/10/13)

11- Força Aérea Brasileira faz o transporte dos médicos estrangeiros que atuarão em locais remotos do Brasil

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou, no dia 28/10/13, o transporte de 2.376 médicos formados no exterior, inscritos no programa Mais Médicos do governo federal, para os locais do Brasil que onde atuarão. De acordo com Alexandre Padilha, ministro da Saúde, este é o “maior deslocamento humano já realizado pela FAB”. (*Correio Braziliense* – 23/10/13)

12- Marinha será acionada em caso de catástrofe ambiental por vazamento de petróleo

Conforme publicado no jornal *Correio Braziliense*, o governo federal decidiu implantar o Plano Nacional de Contingência (PNC) com o objetivo de regulamentar “dispositivos legais previstos há mais de uma década e voltados a dar respostas a catástrofes ambientais provocadas por vazamento de petróleo”. Segundo o jornal, o decreto, publicado no dia 23/10/13, prevê a criação de um comitê executivo formado por 17 ministérios e define quais órgãos serão acionados prioritariamente de acordo com o tipo de acidente. Em caso de danos no oceano, a Marinha será acionada; quando rios forem afetados, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e quando o acidente ocorrer no fundo do mar o órgão a ser acionado é a Agência Nacional do Petróleo (ANP). (*Correio Braziliense* – 23/10/13)

13- Policial relata tortura a suspeitos de subversão em quartel durante regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, integrantes das forças policiais lotados em Brasília eram “ameaçados ou levados para um local específico” para sofrerem interrogatórios e torturas quando suspeitos de subversão ou traição ao governo durante o regime militar (1964-1985). O local era chamado de “casinha branca” pelos policiais e está localizado no 1º Batalhão da Polícia Militar, no Setor Policial, onde atualmente funciona uma diretoria do Departamento de Saúde e Assistência Social, em Brasília, capital federal. De acordo com João Raimundo Galdino, que ingressou na Polícia Militar em 1975, havia relatos de que os policiais levados para esse local sofriam agressões: “eles amarravam, batiam, além de outras coisas que não sabíamos”. Galdino afirmou, ainda, ter ouvido relatos de que estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e outros considerados suspeitos também eram levados para esse local para serem torturados. Segundo Galdino, após chegar para trabalhar no quartel do Gama, onde era lotado, ficou sob custódia e foi ameaçado de ser levado à “casinha” por portar um jornal alternativo que continha dizeres como “Abaixo à ditadura!”. De acordo com Galdino, alguém o viu e o delatou “foi a gota d’água. Falaram que eu era um terrorista infiltrado dentro do quartel, por estar condenando o militarismo”. Ele passou a tarde daquele dia sentado numa sala esperando resolverem o que fariam com ele, então “disseram que na casinha, entre o campo de futebol e o Bope, eu daria o serviço, depois de levar uns tapas”. Porém, após ser vigiado constantemente por cerca de quinze dias, acabou escapando de ser levado à “casinha”. (*Correio Braziliense* – 23/10/13)

14- Tribunal Regional Federal julga se militares podem ser processados pelo sequestro de desaparecido político

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região julgará se os militares Luiz Mario Correia Lima, Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Valter da Costa Jacarandá poderão ser processados pelo sequestro de Mário Alves, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), desaparecido desde 1970, durante o regime militar (1964-1985). Os quatro militares eram

integrantes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército, que funcionava no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com *O Estado*, os acusados negam participação no caso, porém, segundo relatos de presos políticos do DOI-Codi à época, Alves “foi brutalmente torturado” pelos quatro militares e outros integrantes da unidade que já haviam falecido quando o Ministério Público Federal (MPF) formulou a denúncia. Segundo o jornal, a 1ª Turma do TRF analisará o recurso apresentado pelo MPF contra a decisão do juiz federal Alexandre Libonatti de Abreu que rejeitou a denúncia contra os militares. A decisão teria sido motivada pelo fato dos procuradores da República não se referirem ao homicídio, mas apenas ao sequestro e sevícias. De acordo com o magistrado “tal inversão foi deliberada, objetivando adequar a conduta a um crime de natureza permanente, de forma a evitar o fenômeno da prescrição e a eficácia da Lei da Anistia [1979]”. A morte de Alves foi reconhecida pelo Poder Judiciário em 1987 e pela União em 1995. Um dos autores da denúncia, o procurador da República Antônio do Passo Cabra, afirmou não haver materialidade no crime pelo fato do corpo nunca ter sido encontrado e que a inversão “não é nenhuma engenharia jurídica. O Supremo Tribunal Federal já decidiu (da mesma forma) em situações semelhantes”. O julgamento, que ocorreria no dia 23/10/13, foi adiado em duas semanas devido ao pedido do desembargador federal e relator do processo, Paulo Espírito Santo, de mais tempo para analisar o caso. Segundo o jornal, os quatro acusados já depuseram na Comissão Nacional da Verdade, porém responderam a todas as perguntas com “nada a declarar”. Apenas Jacarandá afirmou a ocorrência de torturas, mas negou participação no caso. (*O Estado de S. Paulo – Política – 23/10/13; O Estado de S. Paulo – Política – 24/10/13*)

15- Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol se estenderá para outras reservas

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido que os critérios utilizados pelo governo federal na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, não se aplicarão automaticamente a outros casos, a Advocacia Geral da União (AGU) afirmou que reeditará uma portaria que estabelecerá os mesmos parâmetros para a homologação de novas reservas indígenas. Na decisão de 2009, o STF estabeleceu 19 condicionantes para o uso da terra pelos indígenas, entre estas se encontra a garantia de atuação das Forças Armadas no local, independente de consulta às comunidades indígenas residentes, como no caso de instalação de bases aéreas na região. (*Correio Braziliense – 24/10/13; O Estado de S. Paulo – Política – 24/10/13*)

16- Indefinições na substituição dos Mirages da Força Aérea Brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou que no dia 23/10/13, ocasião em que foi comemorado o Dia do Aviador, na Base Aérea de Brasília, com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, e do ministro da Defesa, Celso Amorim, foram distribuídos exemplares da revista “Aero”, editada pela Força Aérea Brasileira

(FAB), na qual havia a reportagem “Adeus Mirage”. A reportagem ressaltava que os atuais caças Mirage serão substituídos por modelos F-5, caracterizados por serem mais lentos e de menor alcance. Com isso, o texto destaca que o Estado brasileiro perderá uma capacidade fundamental, presente em outros países da América Latina e extremamente importante, segundo a jornalista, para um país de extensões continentais como o Brasil. Ainda segundo a colunista, a indefinição na aquisição dos novos caças para a FAB também representa uma “derrota para o tempo” em uma área tão essencial quanto é a tecnologia. (Folha de S. Paulo – Opinião – 24/10/13)

17- Brasil doará caças obsoletos a Moçambique

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Roussef, pediu autorização ao Congresso Nacional para doar à Força Aérea de Moçambique três aviões T-27 Tucano, pertencentes à Força Aérea Brasileira (FAB). O repasse faz parte de um pacote que inclui a doação de 25 carros de combate blindados ao Uruguai. Dentre os motivos para realizar as doações, o Ministério da Defesa (MD) afirmou que "tem se empenhado em celebrar acordos bilaterais com nações amigas, visando estreitar laços de amizade e permitir a participação mais efetiva do Brasil em questões internacionais". Ainda segundo o MD, as doações são para se livrar de material obsoleto e desativado, quase sempre com elevados custos de manutenção. São usadas ainda, de acordo com a Defesa, para "suprir eventuais carências apresentadas pelas forças armadas de países amigos", também ressaltando que as aeronaves não possuem aplicação de combate e atualmente são utilizadas somente para treinamento. A FAB está realizando a substituição de todas as aeronaves T-27 Tucano pelo AT-29 Super Tucano. (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/10/13)

18- Exército auxiliou Ministério da Educação na realização do Exame Nacional do Ensino Médio

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército, juntamente com a Polícia Militar, apoiaram o Ministério da Educação (MEC) na parte logística da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que ocorreu nos dias 26/10/13 e 27/10/13. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/10/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).